

Benedito Rodrigues da Silva Neto  
(Organizador)

# Saúde Pública e Saúde Coletiva: Dialogando sobre Interfaces Temáticas 5



Benedito Rodrigues da Silva Neto  
(Organizador)

Saúde Pública e Saúde Coletiva:  
Dialogando sobre Interfaces Temáticas 5

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Natália Sandrini  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

| <b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)<br/>(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b> |   |
|---|---|
| S255  | Saúde pública e saúde coletiva [recurso eletrônico] : dialogando sobre interfaces temáticas 5 / Organizador Benedito Rodrigues da Silva Neto. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Saúde Pública e Saúde Coletiva. Dialogando Sobre Interfaces Temáticas; v. 5)<br><br>Formato: PDF<br>Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader<br>Modo de acesso: World Wide Web<br>Inclui bibliografia<br>ISBN 978-85-7247-599-0<br>DOI 10.22533/at.ed.990190209<br><br>1. Política de saúde. 2. Saúde coletiva. 3. Saúde pública. I. Silva Neto, Benedito Rodrigues da. II. Série.<br><br>CDD 362.1 |
| <b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>   |   |

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

A coleção “Saúde Pública e Saúde Coletiva: Dialogando sobre Interfaces Temáticas” é uma obra composta de cinco volumes que tem como foco principal a discussão científica por intermédio de trabalhos diversos que compõe seus capítulos. Cada volume abordará de forma categorizada e interdisciplinar trabalhos, pesquisas, relatos de casos e/ou revisões que transitam nos vários caminhos da saúde pública e saúde coletiva.

No último volume reunimos trabalhos com reflexo na residência multiprofissional em saúde, bem-estar, envelhecimento, humanização, SUS, desenvolvimento de produtos, psicologia da saúde; ação política, cultura corporal, educação física, esgotamento profissional, licença médica. saúde do trabalhador, prazer, sofrimento dentre outros diversos que acrescentarão ao leitor conhecimento aplicado às interfaces temáticas da saúde.

Vários fatores são necessários para se entender o indivíduo na sua integralidade, assim correlação de cada capítulo permitirá ao leitor ampliar seus conhecimentos e observar diferentes metodologias de pesquisa e revisões relevantes para atualização dos seus conhecimentos.

Deste modo finalizamos a obra Saúde Pública e Saúde Coletiva com a certeza de que o objetivo principal direcionado ao nosso leitor foi alcançado. Sabemos o quão importante é a divulgação científica, por isso evidenciamos também a estrutura da Atena Editora capaz de oferecer uma plataforma consolidada e confiável para estes pesquisadores exporem e divulguem seus resultados.

Benedito Rodrigues da Silva Neto

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>CAPÍTULO 1</b> .....  | <b>1</b>  |
| A INSERÇÃO DA FISIOTERAPIA NA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA UFPI  |           |
| Ester Martins Carneiro   |           |
| Luana Gabrielle de França Ferreira   |           |
| José Ivo dos Santos Pedrosa  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.9901902091</b>   |           |
| <b>CAPÍTULO 2</b> .....  | <b>7</b>  |
| A SAÚDE PÚBLICA, A DROGADIÇÃO E A INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA   |           |
| Rogério Pereira de Sousa   |           |
| José Henrique Rodrigues Stacciarini  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.9901902092</b>   |           |
| <b>CAPÍTULO 3</b> .....  | <b>27</b> |
| ABORDAGEM INTERATIVA E INTEGRATIVA SOBRE QUALIDADE DE VIDA DE IDOSOS EM UMA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA: WHOQOL-BREF, WHOQOL-OLD E A PERCEPÇÃO PESSOAL DO INTERNO |           |
| Lourenço Faria Costa   |           |
| Naralaine Marques Gonçalves  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.9901902093</b>   |           |
| <b>CAPÍTULO 4</b> .....  | <b>43</b> |
| AUTISMO E O CONSUMO DE ÁCIDO FÓLICO POR GESTANTES  |           |
| Carina Scanoni Maia  |           |
| Karina Maria Campello  |           |
| Fernanda das Chagas Angelo Mendes Tenorio  |           |
| Juliana Pinto de Medeiros  |           |
| Ana Janaina Jeanine Martins de Lemos   |           |
| José Reginaldo Alves de Queiroz Júnior   |           |
| Gyl Everson de Souza Maciel  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.9901902094</b>   |           |
| <b>CAPÍTULO 5</b> .....  | <b>55</b> |
| AVALIAÇÃO DA RESISTÊNCIA MECÂNICA DO MEDICAMENTO DE REFERÊNCIA E GENÉRICO: LOSARTANA POTÁSSICA + HIDROCLOROTIAZIDA   |           |
| Thaiane Vasconcelos Carvalho   |           |
| Jeniffer Vasconcelos de Lira   |           |
| Andressa Ponte Sabino  |           |
| Ana Edmir Vasconcelos de Barros  |           |
| Ana Cláudia da Silva Mendonça  |           |
| Iara Laís Lima de Sousa  |           |
| Débora Patrícia Feitosa Medeiros   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.9901902095</b>   |           |

**CAPÍTULO 6 ..... 63**

CARDÁPIOS DE UM RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO DO NORDESTE BRASILEIRO: ANÁLISE DO CONTEÚDO ENERGÉTICO E DE NUTRIENTES

Lucélia da Cunha Castro  
Joyce Sousa Aquino Brito  
Conceição de Maria dos Santos Sene  
Jaudimar Vieira Moura Menezes  
Sueli Maria Teixeira Lima  
Camila Maria Simplício Revoredo  
Maria do Socorro Silva Alencar  
Martha Teresa Siqueira Marques Melo  
Suely Carvalho Santiago Barreto

**DOI 10.22533/at.ed.9901902096**

**CAPÍTULO 7 ..... 75**

CIRCUNSTÂNCIAS ASSOCIADAS AO SUICÍDIO: DEPOIMENTOS DE PROFISSIONAIS EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL TIPO II

Mayara Macedo Melo  
Rosane da Silva Santana  
Francisco Lucas de Lima Fontes  
Cidianna Emanuely Melo do Nascimento  
Alan Danilo Teixeira Carvalho  
Maria da Cruz Silva Pessoa Santos  
Josélia Costa Soares  
João Marcio Serejo dos Santos  
Keila Fernandes Pontes Queiroz  
Ilana Isla Oliveira  
Nayra Iolanda de Oliveira Silva  
Samaira Ferreira de Lira

**DOI 10.22533/at.ed.9901902097**

**CAPÍTULO 8 ..... 84**

COMPOSTOS BIOATIVOS E ATIVIDADE ANTIOXIDANTE DO INGÁ-AÇU (*Inga cinnamoma*)

Jucianne Martins Lobato  
Stella Regina Arcanjo Medeiros  
Carmy Celina Feitosa Castelo Branco  
Joilane Alves Pereira-Freire  
Rita de Cássia Moura da Cruz  
Francisco das Chagas Leal Bezerra  
Clécia Maria da Silva  
Regina de Fátima Moraes Reis  
Marco Aurélio Araújo Soares  
Beatriz Borges Pereira

**DOI 10.22533/at.ed.9901902098**

**CAPÍTULO 9 ..... 92**

CUIDANDO DE QUEM CUIDA: TRABALHO EM EQUIPE MULTIPROFISSIONAL PARA PROMOÇÃO DE SAÚDE NO HOSPITAL

Nívia Madja dos Santos Silva  
Alessandra Cansanção de Siqueira

**DOI 10.22533/at.ed.9901902099**

**CAPÍTULO 10 ..... 104**

DESENVOLVIMENTO DE MASSA DE PIZZA ENRIQUECIDA COM FARINHA DO MARACUJÁ AMARELO (*Passiflora edulis f. flavicarpa*)

Débora Mayra Dantas De Sousa  
Jéssica Silva Gomes  
Nara Vanessa dos Anjos Barros  
Ennya Cristina Pereira dos Santos Duarte  
Bruna Barbosa de Abreu  
Paulo Víctor de Lima Sousa  
Gleyson Moura dos Santos  
Joyce Maria de Sousa Oliveira  
Marilene Magalhães de Brito  
Maiara Jaianne Bezerra Leal Rios  
Adolfo Pinheiro de Oliveira  
Regina Márcia Soares Cavalcante

**DOI 10.22533/at.ed.99019020910**

**CAPÍTULO 11 ..... 116**

DIÁLOGOS EM SALA DE ESPERA: O FORTALECIMENTO POLÍTICO DO ESPAÇO PÚBLICO

Barbara Maria Turci  
Eliane Regina Pereira

**DOI 10.22533/at.ed.99019020911**

**CAPÍTULO 12 ..... 127**

DISBIOSE INTESTINAL E O USO DE PROBIÓTICOS PARA O TRATAMENTO NUTRICIONAL

Aryelle Lorrane da Silva Gois  
Daniele Rodrigues Carvalho Caldas  
Maysa Milena e Silva Almeida  
Ana Paula De Melo Simplício  
Iana Brenda Silva Conceição  
Vanessa Machado Lustosa  
Fátima Karina Costa de Araújo  
Liejy Agnes Dos Santos Raposo Landim  
Amanda Marreiro Barbosa

**DOI 10.22533/at.ed.99019020912**

**CAPÍTULO 13 ..... 139**

EDUCAÇÃO FÍSICA E O PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA: CONSOLIDANDO APROXIMAÇÕES

Elisângela de Araujo Rotelli  
Hellen Cristina Sthal  
Cátia Regina Assis Almeida Leal  
Amauri Oliveira Silva  
Sarah Felipe Santos e Freitas

**DOI 10.22533/at.ed.99019020913**

**CAPÍTULO 14 ..... 151**

EXERCÍCIO FÍSICO: EFEITOS NO TRATAMENTO DA FIBROMIALGIA

Givanildo de Oliveira Santos  
Rhalfy Wellington dos Santos  
Renan de Oliveira Silva  
José Igor de Oliveira Silva

**DOI 10.22533/at.ed.99019020914**

**CAPÍTULO 15 ..... 159**

FATORES ASSOCIADOS À QUALIDADE DE VIDA DE MULHERES COM NEOPLASIA MAMÁRIA

Raquel Vilanova Araujo  
Viriato Campelo  
Inez Sampaio Nery  
Ana Fátima Carvalho Fernandes  
Márcia Teles de Oliveira Gouveia  
Grace Kelly Lima da Fonseca  
Regina Célia Vilanova Campelo

**DOI 10.22533/at.ed.99019020915**

**CAPÍTULO 16 ..... 172**

GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DOS MUNICÍPIOS DE SALVADOR-BA E CURITIBA-PR E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE PÚBLICA

Adriano Braga dos Santos  
Anderson Souza Viana  
Fernando Braga dos Santos  
Evellym Vieira  
Luciano Garcia Lourenção

**DOI 10.22533/at.ed.99019020916**

**CAPÍTULO 17 ..... 185**

IMPACTOS DO TRABALHO LABORAL NA SAÚDE MENTAL DE AGENTES PENITENCIÁRIOS DE ACARAÚ, CEARÁ: UM ESTUDO DE CASO

Antonio Rômulo Gabriel Simplicio  
Maria Suely Alves Costa

**DOI 10.22533/at.ed.99019020917**

**CAPÍTULO 18 ..... 197**

INTERMUTABILIDADE ENTRE FORÇA DE MEMBROS INFERIORES E SUPERIORES EM IDOSAS

Samia Maria Ribeiro  
Angélica Castilho Alonso

**DOI 10.22533/at.ed.99019020918**

**CAPÍTULO 19 ..... 211**

O ESTRESSE OXIDATIVO NA OTOSCLEROSE: NOVOS PARÂMETROS E PERSPECTIVAS

Klinger Vagner Teixeira da Costa  
Kelly Cristina Lira de Andrade  
Aline Tenório Lins Carnaúba  
Fernanda Calheiros Peixoto Tenório  
Ranilde Cristiane Cavalcante Costa  
Luciana Castelo Branco Camurça Fernandes  
Thaís Nobre Uchôa Souza  
Katianna Wanderley Rocha  
Dalmo de Santana Simões  
Pedro de Lemos Menezes

**DOI 10.22533/at.ed.99019020919**

|  |            |
|--|------------|
| <b>CAPÍTULO 20</b> .....   | <b>217</b> |
| PANORAMA DE ATUAÇÃO DO CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ   |            |
| <p> <a href="#">Elizabeth Maciel de Sousa Cardoso</a><br/> <a href="#">Cecília Maria Resende Gonçalves de Carvalho</a><br/> <a href="#">Ennya Cristina Pereira dos Santos Duarte</a><br/> <a href="#">Marize Melo dos Santos</a> </p>  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.99019020920</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 21</b> .....   | <b>223</b> |
| PERCEPÇÕES DOS ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM SOBRE GÊNERO   |            |
| <p> <a href="#">Ilza Iris dos Santos</a><br/> <a href="#">Francisco Hélio Adriano</a><br/> <a href="#">Kalyane Kelly Duarte de Oliveira</a><br/> <a href="#">Maria Alcione Oliveira da Silva Chaves</a><br/> <a href="#">Erison Moreira Pinto</a><br/> <a href="#">Renata de Oliveira da Silva</a> </p>  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.99019020921</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 22</b> .....   | <b>236</b> |
| PRESBIACUSIA E ANTIOXIDANDES: UM ESTUDO SOBRE POSSIBILIDADES PREVENTIVAS   |            |
| <p> <a href="#">Klinger Vagner Teixeira da Costa</a><br/> <a href="#">Kelly Cristina Lira de Andrade</a><br/> <a href="#">Aline Tenório Lins Carnaúba</a><br/> <a href="#">Fernanda Calheiros Peixoto Tenório</a><br/> <a href="#">Ranilde Cristiane Cavalcante Costa</a><br/> <a href="#">Luciana Castelo Branco Camurça Fernandes</a><br/> <a href="#">Thaís Nobre Uchôa Souza</a><br/> <a href="#">Katianne Wanderley Rocha</a><br/> <a href="#">Dalmo de Santana Simões</a><br/> <a href="#">Pedro de Lemos Menezes</a> </p> |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.99019020922</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 23</b> .....   | <b>244</b> |
| PROGRAMA ACADEMIA DA SAÚDE NO CONTEXTO DO SUDOESTE DE GOIÁS  |            |
| <p> <a href="#">Amauri Oliveira Silva</a><br/> <a href="#">Sarah Felipe Santos e Freitas</a><br/> <a href="#">Cátia Regina Assis Almeida Leal</a><br/> <a href="#">Elisângela de Araujo Rotelli</a><br/> <a href="#">Hellen Cristina Sthal</a> </p>  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.99019020923</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 24</b> .....   | <b>254</b> |
| QUALIDADE DE VIDA DO TRABALHADOR: ESTRESSE E MOTIVAÇÃO NO COTIDIANO  |            |
| <p> <a href="#">Camila Mabel Sganzerla</a> </p>  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.99019020924</b>  |            |

**CAPÍTULO 25 ..... 266**

RAZÃO CÁLCIO/ MAGNÉSIO DIETÉTICO E SUA RELAÇÃO COM MARCADORES DO DANO MUSCULAR EM PRATICANTES DE MUAY THAI

Lourrane Costa de Santana  
Yasmin de Oliveira Cantuário  
Bruna Emanuele Pereira Cardoso  
Alana Rafaela da Silva Moura  
Ana Raquel Soares de Oliveira  
Jennifer Beatriz Silva Morais  
Loanne Rocha dos Santos  
Larissa Cristina Fontenelle  
Stéfany Rodrigues de Sousa Melo  
Tamires da Cunha Soares  
Dilina do Nascimento Marreiro  
Kyria Jayanne Clímaco Cruz

**DOI 10.22533/at.ed.99019020925**

**CAPÍTULO 26 ..... 279**

RELAÇÃO ENTRE MAGNÉSIO PLASMÁTICO E ÍNDICES DE OBESIDADE ABDOMINAL EM MULHERES OBESAS

Kyria Jayanne Clímaco Cruz  
Ana Raquel Soares de Oliveira  
Mickael de Paiva Sousa  
Diana Stefany Cardoso de Araujo  
Thayanne Gabryelle Visgueira de Sousa  
Loanne Rocha dos Santos  
Jennifer Beatriz Silva Morais  
Stéfany Rodrigues de Sousa Melo  
Larissa Cristina Fontenelle  
Gilberto Simeone Henriques  
Carlos Henrique Nery Costa  
Dilina do Nascimento Marreiro

**DOI 10.22533/at.ed.99019020926**

**CAPÍTULO 27 ..... 290**

RELAÇÃO ENTRE ZINCO PLASMÁTICO E ÍNDICES DE ADIPOSIDADE ABDOMINAL EM MULHERES OBESAS

Ana Raquel Soares de Oliveira  
Kyria Jayanne Clímaco Cruz  
Mickael de Paiva Sousa  
Diana Stefany Cardoso de Araujo  
Thayanne Gabryelle Visgueira de Sousa  
Loanne Rocha dos Santos  
Jennifer Beatriz Silva Morais  
Stéfany Rodrigues de Sousa Melo  
Larissa Cristina Fontenelle  
Gilberto Simeone Henriques  
Carlos Henrique Nery Costa  
Dilina do Nascimento Marreiro

**DOI 10.22533/at.ed.99019020927**

|   |            |
|---|------------|
| <b>CAPÍTULO 28</b> .....  | <b>301</b> |
| REPERCUSSÕES DO TRABALHO NA SAÚDE MENTAL DE USUÁRIOS DE UM SERVIÇO ESPECIALIZADO                        |            |
| Márcia Astrês Fernandes   |            |
| Iara Jéssica Barreto Silva  |            |
| Francisca Ires Veloso de Sousa  |            |
| Hellany Karolliny Pinho Ribeiro   |            |
| Márcia Teles de Oliveira Gouveia  |            |
| Aline Raquel de Sousa Ibiapina  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.99019020928</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 29</b> .....  | <b>313</b> |
| SÍNDROME DO ESGOTAMENTO PROFISSIONAL: ANÁLISE DOS AFASTAMENTOS LABORAIS                                 |            |
| Márcia Astrês Fernandes   |            |
| Laís Silva Lima   |            |
| Nayana Santos Arêa Soares   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.99019020929</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 30</b> .....  | <b>324</b> |
| TRABALHO E RISCO DE ADOECIMENTO: UMA ANÁLISE NO SETOR DE LICITAÇÃO DE UMA PREFEITURA DO SUDOESTE BAIANO |            |
| Leila Natálya Santana Vilas-Boas da Silva   |            |
| Patrícia Fernandes Flores   |            |
| Gustavo Mamede Sant'Anna Xará   |            |
| Wilson Pereira dos Santos   |            |
| Ricardo Franklin de Freitas Mussi   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.99019020930</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 31</b> .....  | <b>336</b> |
| VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA                  |            |
| Francisca Maria de Souza Brito Carvalho   |            |
| Laena Barros Pereira  |            |
| Marlanne Cristina Silva Sousa   |            |
| Radames Coelho Nascimento   |            |
| Rosa Maria Rodrigues da Silva   |            |
| Thaynara Costa Silva  |            |
| Teresa Rachel Dias Pires  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.99019020931</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 32</b> .....  | <b>357</b> |
| VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA ENFERMAGEM                               |            |
| Cristiane Lopes Amarijo   |            |
| Aline Belletti Figueira   |            |
| Aline Marcelino Ramos   |            |
| Alex Sandra Ávila Minasi  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.99019020932</b>   |            |

**CAPÍTULO 33 ..... 368**

**VIOLÊNCIA E DESENVOLVIMENTO DE TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS EM AGENTES DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA DO SEXO FEMININO NO BRASIL**

Thalyta Gleyane Silva de Carvalho

Danilo Nogueira Maia

Swelen Cristina Medeiros Lima

Francisca Ascilânya Pereira Costa

Ligia Regina Sansigolo Kerr

Marcelo José Monteiro Ferreira

**DOI 10.22533/at.ed.99019020933**

**SOBRE O ORGANIZADOR..... 381**

**ÍNDICE REMISSIVO ..... 382**

## VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA

### **Francisca Maria de Souza Brito Carvalho**

Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade Regional Brasileira/UNIRB, Campus Parnaíba-PI

### **Laena Barros Pereira**

Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade Regional Brasileira/UNIRB, Campus Parnaíba-PI

### **Marlanne Cristina Silva Sousa**

Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade Regional Brasileira/UNIRB, Campus Parnaíba-PI

### **Radames Coelho Nascimento**

Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade Regional Brasileira/UNIRB, Campus Parnaíba-PI

### **Rosa Maria Rodrigues da Silva**

Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade Regional Brasileira/UNIRB, Campus Parnaíba-PI

### **Thaynara Costa Silva**

Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade Regional Brasileira/UNIRB, Campus Parnaíba-PI

### **Teresa Rachel Dias Pires**

Mestra em Ciência Política, Especialista em Psicologia Clínica e Docência do Ensino Superior, Psicóloga do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí e docente de cursos de graduação e pós-graduação.

**RESUMO:** Os estudos de gênero e feminismo têm ingressado na produção científica brasileira nas últimas décadas, sobretudo, nas áreas das ciências humanas e sociais. O campo em questão é permeado por intensa heterogeneidade epistemológica e metodológica. O conceito de

gênero como categoria de análise na psicologia sócio-histórica é tributário da crítica feminista ao determinismo no campo da sexualidade, centrado numa articulação com o materialismo histórico e dialético para pensar sobre o patriarcado e as relações sexistas; assim, pensar sobre violência de gênero se circunscreve num produto de relações de desigualdade a partir do mundo social. O objetivo do presente estudo é fazer uma análise acerca da produção acadêmica em torno da violência de gênero pela Psicologia Social Crítica, tomando como marco histórico-social a instituição da Lei nº. 11.340 no ano de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, no ordenamento jurídico brasileiro. O trabalho é uma pesquisa bibliográfica qualitativa que utilizou a revisão de literatura e a bibliometria como principais ferramentas metodológicas, delimitando a coleta de dados representada pelos artigos científicos indexados na base de dados Google Acadêmico entre os períodos 2000 a 2017, com recorte em três distintos estratos, fazendo uma associação entre os descritores gênero, violência de gênero, psicologia e psicologia social. Foi também feito um estudo exploratório em relação a produção científica da referida base de dados mesclando outras áreas profissionais como Direito e Serviço Social, citadas no bojo da Lei Maria da Penha, com o descritor “violência de gênero”. Foi possível extrair do presente

estudo bibliométrico uma refutação da hipótese inicial de aumento da produção pós institucionalização da referida Lei no âmbito da Psicologia Social Crítica. Levando-se, também, a necessidade de analisar com maior profundidade tal fenômeno através da análise de conteúdo acerca das produções científicas em torno de tal temática.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência de Gênero. Psicologia Social Crítica. Lei n°. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

## GENDER VIOLENCE: A REFLECTION FROM THE PERSPECTIVE OF CRITICAL SOCIAL PSYCHOLOGY

**ABSTRACT:** The studies of gender and feminism have entered Brazilian scientific production in the last decades, especially in the areas of human and social sciences. The field in question is permeated by intense epistemological and methodological heterogeneity. The concept of gender as a category of analysis in socio-historical psychology is a tributary of the feminist critique of determinism in the field of sexuality, centered on an articulation with historical and dialectical materialism to think about patriarchy and sexist relations; Thus, thinking about gender violence is limited in a product of inequality relations from the social world. The objective of the present study is to analyze the academic production around gender violence by Critical Social Psychology, taking as historical and social framework the institution of Law no. 11,340 in the year 2006, known as the Maria da Penha Law, in the Brazilian legal system. The work is a qualitative and quantitative bibliographical research that used literature review and bibliometrics as the main methodological tools, delimiting the collection of data represented by scientific articles indexed in the Google Scholar database between the periods 2000 to 2017, with a cut in three different strata, making an association between the descriptors gender, gender violence, psychology and social psychology. An exploratory study was also carried out in relation to the scientific production of this database, merging other professional areas such as Law and Social Work, mentioned in the Maria da Penha Law, with the descriptor “gender violence”. It was possible to extract from the present bibliometric study a refutation of the initial hypothesis of increase of the post-institutionalization production of said Law in the scope of Critical Social Psychology. There is also a need to analyze this phenomenon in greater depth through the analysis of content about the scientific productions around this theme.

**KEYWORDS:** Gender Violence. Critical Social Psychology. Law n°. 11.340 / 2006 (Maria da Penha Law).

### 1 | INTRODUÇÃO

Os estudos de gênero e feminismo têm marcado o campo da produção científica nas últimas décadas, sobretudo, nas áreas das ciências humanas e sociais no Brasil. Tal indicador aponta para um campo de pesquisa amplo que a cada dia tem ganhado mais relevância ao abordar temas que dialogam com as relações micro e

macro cotidianas, como por exemplo, a violência de gênero que é ponto alto nas agendas acadêmicas, como pode se extrair a partir de elementos como a “criação de uma revista acadêmica, um curso de gênero, uma comissão de informatização que permitiria o contato entre as pesquisadoras de gênero espalhadas pelo Brasil e a consolidação da rede de pesquisadoras feministas” (GROSSI, 2004, p. 211).

O campo em questão é permeado por uma intensa heterogeneidade epistemológica e metodológica. O conceito de gênero como categoria de análise nas ciências sociais é tributário da crítica feminista ao determinismo no campo da sexualidade (ROSALDO, 1995). Gênero como uma categoria de análise sociológica foi e é amplamente utilizada por algumas autoras<sup>1</sup> e autores a partir de uma articulação com o materialismo histórico e dialético para pensar sobre o patriarcado, para criticar à constituição da família burguesa como importante pilar do capitalismo e não uma demarcação da sexualidade no campo da Biologia.

Gênero enquanto categoria também é utilizada pelos estudos pós-estruturalistas que tratam de discutir sobre os sistemas de significados dicotômicos e essencialistas reunidos em torno de pares de oposição, por exemplo: natureza/cultura, natural/humano, mulheres/homens. Dessa forma, as críticas pós-estruturalistas questionam esses sistemas binários de oposições, nos quais se determina a uma base opositora do sexo, ou seja, as críticas incidem sobre as ideias de gênero como inscrição cultural de significado sobre um sexo naturalmente dado, com coerência e continuidade de uma ordem compulsória do sexo, do gênero e do desejo, situando de forma complementar mulher e homem, feminino e masculino (MARIANO, 2005).

A crítica pós-estruturalista e o feminismo pós-estruturalista incluem também certa concepção em torno da compreensão de como se constitui o sujeito: “o reconhecimento de que o sujeito se constrói dentro de significados e de representações culturais, os quais por sua vez encontram-se marcados por relações de poder” (MARIANO, 2005, p. 486).

No campo da Psicologia, o debate sobre as discussões de gênero e feminismo tem inserção na agenda acadêmica da Psicologia Social. É importante ressaltar que tal fator se deu, inicialmente, em virtude do movimento da chamada ‘crise da psicologia social’, que marcará o debate da área principalmente nos anos 1970 e 1980. Nesse período, a Psicologia Social brasileira e latino-americana se dedicaram à construção de um corpo teórico, conceitual e metodológico próprios, se institucionalizaram e toda a crítica realizada à Psicologia Social teve consequências importantes no campo da Psicologia<sup>2</sup> (SANTOS, et al. 2016).

É nesse interstício da crise da Psicologia Social que o pensamento marxista orientará grande parte das críticas realizadas e sua articulação com outras correntes teóricas como a Psicanálise e a Teologia da Libertação levará ao fortalecimento

1· Uma das grandes referências deste campo sociológico é a socióloga Heleieth Saffioti. Obra de destaque da referida autora: “*Gênero, patriarcado e violência* (2004)” tem subsidiado vários estudos, inclusive, de outras áreas do conhecimento.

2· Será aprofundado esse ponto adiante.

de perspectivas nos campos da Psicologia Social, tais como a psicossociologia, a análise institucional, a psicologia comunitária e da psicologia sócio histórica. Tornando-se, assim, o momento “propício” para o desenvolvimento de estudos sobre gênero na Psicologia Social, pois se apresentava como contraponto crítico ao que se denominava de reducionismo psicológico, que era o distanciamento das teorias com os problemas que marcavam a sociedade (SANTOS, 2016).

Dessa forma, a Psicologia Social passa a dialogar com temas abertamente discutidos no feminismo, como por exemplo, as tensões entre universalidade e particularidade, público e privado, igualdade e diferença e o caráter sexista, isto é, excludente e não universal da ciência. Nesse bojo, é encontrado o tema da violência, bem como as estratégias de enfrentamento, a divisão sexual do trabalho, etc.

Nesse contexto, ao articular-se as categorias mulher, gênero e violência depara-se com um problema multifacetado que atinge diversas classes socioeconômicas e níveis culturais: a violência contra a mulher. Este tipo de violência é frequentemente utilizado como sinônimo de violência doméstica e violência de gênero. Mas apesar da sobreposição existente entre esses conceitos, há especificidades no uso dos mesmos como categorias analíticas.

Diante disso, o artigo perseguiu o objetivo de, inicialmente, demarcar a conceituação em torno da violência doméstica contra a mulher a partir de uma concepção de violência de gênero e, realizar uma análise do quantitativo das produções acadêmicas acerca do tema violência de gênero e psicologia social a partir da base de dados Google Acadêmico. Trata-se especificamente de quantificar a produção acadêmica sobre violência de gênero e psicologia social em períodos distintos que demarquem a produção anterior e pós institucionalização da Lei nº. 11.340/2006, popularmente conhecida como “Lei Maria da Penha”. Verificar através da metodologia bibliométrica a produção acadêmica científica sobre violência de gênero e psicologia social. Discutir a produção acadêmica científica sobre violência de gênero a partir da perspectiva da Psicologia Social Crítica e, sendo essa área ampliadora da compreensão do fenômeno psicológico enquanto produto social e histórico, o problema de pesquisa que se pretende responder com essa pesquisa é: “Com a instituição da Lei Maria da Penha no ano de 2006 é possível demarcar um aumento na produção acadêmica no âmbito da psicologia social (crítica) em relação a violência de gênero?”

Por fim, busca-se descrever de forma sucinta a Lei Maria da Penha, percebendo que tal institucionalização legitima a punição contra a violência *doméstica/familiar contra a mulher*, a partir do recorte sobre violência de gênero que apresenta o poder e desigualdade, resultante de uma sociedade patriarcal que apresenta a mulher hierarquicamente submissa ao homem. Tal punição que se embasa numa não mais aceitação da premissa do homem, do ser e/ou pensar masculinos, de se colocar no *status* de proprietário da mulher nos seus diferentes domínios de violência, quais sejam, psicológica, moral, física, sexual, patrimonial, como previsto no art. 5º da lei

(ROMAGNOLI, 2015).

O percurso metodológico deu-se da seguinte forma: verificou-se o banco de dados do *Google Acadêmico* com o objetivo de quantificar a produção acerca da violência de gênero, na área da Psicologia Social Crítica e sua articulação com os instrumentos jurídicos. Somado a isso, a utilização do recurso bibliométrico para realizar a mensuração de artigos que retornaram com os descritores: *gênero, violência de gênero, psicologia e psicologia social*.

## **2 | A CATEGORIA GÊNERO A PARTIR DA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA**

Inicialmente nos estudos de gênero, na ciência Psicológica, eram analisados de uma perspectiva genética, defendendo que os comportamentos de homens e mulheres se diferiam a partir do viés biológico; tais concepções eram também fundamentadas nas teorias evolucionistas e concepções biologicistas e essencialistas e dada tal compreensão, a busca por uma explicação causal psicológica para as diferenças de gênero na humanidade ostentadas no diferir dos sexos. Esse pensamento evolucionista parte da ideia de que “os homens eram os encarregados da caça; as mulheres dependiam dos homens para conseguir carne” (GUEDES, 1995, p. 163). Assim, se firmava os primitivos padrões de comportamentos que se sustentariam com o passar dos tempos.

Antes de um aprofundamento no que trata a Psicologia Social Crítica sobre gênero, se faz necessário entender as ideias conceituais em torno de tal terminologia e, como ele vem mudando com o aprofundamento de estudos relacionados à área assim como com a diversidade de correntes teóricas. Assim se percebe, que a corrente predominante a priori e por muito tempo perpetuou-se se baseou na tese de distinção comportamental e social a partir da divisão do sexo biológico. Esta é uma indicação recorrente da literatura, sobretudo, de parte majoritária abordada pela psicologia geral que entende o sexo biológico traçado de características pautadas em temperamento. Sobre o sistema “sexo-gênero” é possível analisar que são padrões de comportamentos psicológicos e culturais que regem a forma como homens e mulheres devem agir mediante a sociedade, sendo o sexo, o aspecto determinista para sua construção social:

[...] focaliza os inúmeros papéis sociais que podem ser exercidos por pessoas de ambos os sexos tais como o de trabalhador, cônjuge e genitor, procurando verificar até que ponto o gênero do indivíduo introduz diferenças no exercício destes papéis. Alguns papéis são particularmente sensíveis à influência do gênero, dadas as expectativas do grupo e da própria pessoa, para a maneira “correta” de exercer o papel em questão. Este enfoque busca situações específicas, já que é através delas que melhor se pode constatar as diferenças na expectativa social. (AMORIM, 1997, p. 122).

Apesar de ser recorrente o uso dos dois termos como algo que se complementam,

ambos tratam de conceitos que se referem a aspectos distintos da vida humana. O sexo refere-se aos aspectos físicos e biológicos em que as características são inerentes à anatomia onde o homem difere-se da mulher a partir da sua genitália e formação cromossômica X e Y. Entretanto o sexo biológico inato do ser humano não determina por si só as características de personalidade no campo do desenvolvimento social, comportamental, emocional e afetivo, nem tampouco seus interesses ou modos de vida. Na perspectiva da Psicologia Social Crítica, gênero se dá pelas construções sociais e outros processos de convivência com a sociedade e cultura. Portanto, gênero está ligado às questões sexuais mas não necessariamente fisiológicas (STREY, 2001).

Segundo Narvaz e Koller (2007), ao se postular diferenças intrínsecas às experiências masculina e feminina, adotando conceitos convencionais de masculinidade e feminilidade, que não são desestabilizados, as diferenças de gênero são teorizadas como entidades psicológicas internas.

Traços como independência, agressividade e racionalidade são percebidos como características masculinas, enquanto sensibilidade, passividade e emocionalidade são descritas como características tipicamente femininas. Pesquisas sobre julgamento moral e sobre etapas do desenvolvimento são estudadas como se as diferenças de gênero não existissem, ou, então, como se houvesse apenas um único gênero, o masculino (NARVAZ E KOLLEER, 2007, p. 220).

Nessa construção do que seria gênero, as mesmas autoras, apontam que o termo passa pelo período onde é tido como uma produção política, conseqüentemente com viés ideológico, baseada nos estudos binários de dois sexos e dois gêneros, com isso o gênero é construído com um efeito da linguagem, sendo assim, o discurso que forma o gênero dos indivíduos, descreve como cada gênero deve ser; isso em nível corporal, social e psicológico. Então, gênero e corpo são tidos como uma construção discursiva, formada por uma política de relações de poder.

A definição de Gênero torna-se, assim, complicada, pois além de apresentar vários significados, agrega no seu bojo os sentidos mais amplos ligados a “caracteres convencionalmente estabelecidos”, bem como a “atividades habituais decorrentes da tradição” (GUEDES, 1995, p. 5).

Com isso, observa-se uma evolução baseada em três fatores que compõem essa construção individual, dos quais se constituem corpo, gênero e subjetividade, essas são produções discursivas, porém que com o tempo vem mudando, não regidos apenas pela visão política das relações de poder, mas agora mais voltadas para a subjetividade individual de cada um, que se constrói a partir de suas relações e não que é preexistente a cada um, mas que é controlada pelos dispositivos de poder e de saber.

Essa subjetividade é construída mediante os discursos entre sujeitos, o meio e as instâncias onde estão inseridos. Os discursos não são tidos apenas como uma linguagem simbólica, mas se destacam também por suas práticas concretas que

são disseminadas em várias instituições sociais. Portanto, a subjetividade não é construída de uma vez, mesmo estando adstrita a um discurso recorrente no seu processo histórico de construção; “pelo processo de subjetivação, o sujeito se desfaz em multiplicidades. Pela heterogeneidade dos seus suportes físicos, biológicos, psíquicos, verbais, econômicos, estéticos, éticos, políticos, a subjetividade é um produto cultural como qualquer outro” (SILVA, 2013, p. 150).

Nogueira (2001) em seu artigo intitulado “*Contribuições do construcionismo social a uma nova psicologia do gênero*” faz uma crítica aos padrões que a Psicologia ainda está muito enraizada nas partes mais tradicionais, baseadas em concepções essencialistas e androcêntricas; tudo muito ligado às características biologicistas de cada indivíduo como sexo masculino e feminino. Contrapondo-se a tal ideia e indo ao encontro de que, portanto, o sujeito se constrói e desconstrói a cada experiência pressupondo sempre uma mobilidade.

Nesse bojo, a partir da constatação de que para Psicologia Social Crítica, a significação de gênero é uma construção social e cultural das qualidades abstratas de cada sujeito faz-se importante considerar a pauta da discussão teórica sobre feminismo que destaca a opressão de gênero, de etnia e de classe social que perpassa as mais variadas sociedades ao longo dos tempos. Assim, demarcando que o trabalho corrobora com a perspectiva de gênero como produto social e o feminismo como fundo problematizador das construções sobre violações na perspectiva de gênero.

### **3 | FEMINISMO NA PAUTA DE ESTUDOS DA PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA**

A História tem apresentado a mulher no contexto social ao longo dos tempos como um “ser” inferior, subalterno e submisso ao homem e, associada primariamente à sua atividade de reprodução, que em certa medida a coloca em desnível tanto sexual quanto intelectual, projetando à condição feminina, o paradigma determinismo natural desde o seu nascimento, de ser essencialmente esposa e mãe, sua vida seria em prol de cuidar dos filhos, marido e do lar e, portanto, cabendo-lhes o espaço privado e não público, sendo assim excluída de qualquer realidade política. De modo que, aos papéis femininos girariam em torno da esfera privada e de uma cidadania anexa ao *status* de ser esposa de um homem cidadão e nascida de uma mulher, por sua vez, também reprodutora (NOGUEIRA, 2001).

Essa passagem é exemplificativa para e apenas uma das muitas outras circunstâncias que coadunam para desigualdades baseadas na biologia sexual. Por outro lado, é campo para uma série de indagações acerca dos papéis femininos que deram impulso a diversos questionamentos sobre o porquê de homens deterem certos direitos (sociais, políticos e civis) em detrimento da faceta excludente feminina.

A civilização ocidental demarca em diferentes épocas históricas

questionamentos diversos e de sobrepostas naturezas tanto por parte das próprias mulheres ou de estudiosos sobre o tema a fim de transformação de tal realidade, todavia, o movimento apontado na literatura com maior repercussão e notoriedade de tal realidade, antes naturalizada e tida como imutável, foi e é o movimento feminista, inaugurada na virada do século XIX ao século XX.

O Feminismo pode ser definido como um movimento social que tem como principal objetivo a equidade dos sujeitos no exercício de direitos quer sejam civis, políticos ou sociais (NOGUEIRA, 2001). Pode-se dividir o feminismo em três grandes ondas, que aconteceram em distintos períodos históricos e com enredos próprios.

Antes de serem destacadas as três Ondas, é importante ressaltar que muitos foram esses cenários de lutas e revoluções, mesmo simbólicas. No século XVIII, a Revolução Francesa foi cenário de fundamental importância para o surgimento do feminismo, assim como há passagens em outros períodos similares de guerrilhas. Haja vista que, nesses contextos, enquanto os homens estavam em combate, às mulheres incubiu-se ocupar posições antes designadas somente a eles, que, porém, dada a necessidade “circunstancial” da ausência dos lares e espaços laborais normativos tiveram que ser substituídos por suas esposas, mães ou figuras femininas correlatas. As mulheres, então, se equipararam como capazes de realizar atividades antes exclusivas aos homens. Isto, entretanto, foi visto por muitos de forma contraditória, que utilizavam como argumento que as mulheres apenas foram usadas em um caso de emergência e, que quando não mais fossem necessárias seriam descartadas (NOGUEIRA, 2001).

Isto posto, a primeira Onda do feminismo, demarca o nascedouro apontado entre o final do século XIX e início do século XX. As mulheres nessa primeira Onda buscam ser reconhecidas como cidadãs, reivindicam a igualdade dos direitos políticos, civis, reclamam principalmente sobre a ideologia do patriarcado, que invade e interfere em todos os campos, sejam eles políticos ou da vida privada, deixando exposta a desigualdade criada entre os sexos. Nesse primeiro momento, as feministas tinham como principal objetivo, ter o direito ao voto e, portanto, aponta-se o sufrágio enquanto direito político (KOLLER; NARVAZ. 2006).

Já a segunda Onda, ocorrida entre os anos 60 e 80, a equidade era a palavra da vez. As feministas têm uma forte crítica à ideologia da família nuclear, pois para elas isso apenas reafirma a ideia de distinção de poder dentro do contexto familiar. Elas agora buscam obter os mesmos direitos que os homens, e a euforia contextual da economia do pós guerra, possibilita a essas mulheres um novo lugar na sociedade, agora como cidadãs que eram chamadas para o mercado de trabalho, o que exigia a liberdade e o poder sobre seus corpos, sobre seu ir e vir, antes não vivenciados (NOGUEIRA, 2001).

A terceira Onda vem ampliar a ideia do movimento feminista. As “minorias” ganham espaço, preenchendo as lacunas deixadas na segunda Onda. A análise das diferenças, da alteridade, dos discursos que demarcam a subjetividade, são

os grandes impulsionadores dessa terceira fase, que também procura estabelecer a relação entre os direitos que as feministas já conseguiram legalmente, mas que na práxis cotidiana, na realidade diária não é genuinamente condizente, sentida. Destarte, um dos maiores desafios desta fase, é pensar de forma simultânea na igualdade e nas diferenças que formam as subjetividades femininas e masculinas (KOLLER; NARVAZ, 2006). Questões como de planejamento familiar, cuidado com os filhos e a violência contra as mulheres são centrais motivadores fortes motivos que as impulsiona a lutar pelos direitos e o lugar da mulher lugar dentro da sociedade (SOUZA; BALDWIN, 2000).

Diante de todas as desigualdades criadas, físicas, sociais e políticas que sempre demarcaram os papéis que homens e mulheres deveriam/devem desempenhar, o movimento feminista se tornou um grande marco que deu direito às mulheres de serem aceitas como cidadãs na sociedade, embora legitimamente no cotidiano, inúmeras lutas sejam diariamente travadas pessoal, social e juridicamente. As três ondas articulam entre si e seus objetivos estão em pauta em diversos momentos da contemporaneidade. Nesse entendimento, direitos de todas as ordens passam a ser incorporados nas legislações (KOLLER; NARVAZ, 2006).

No caso do Brasil, a Constituição Federal (1988) no seu artigo V, afirma que “todos são iguais perante a lei”, demarcando que homens e mulheres são iguais em direitos. Desta ideia central generalista no escopo da Carta Magna, outras leis infraconstitucionais insurgem a fim de regimentar “o como” alcançar tal direito subjetivo, sobretudo, de minorias, como é o caso da Lei nº. 11.340 de 07 de agosto de 2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha que nasce após 18 (dezoito) anos da CF 1988.

#### **4 | A VIOLÊNCIA DE GÊNERO ABARCADA PELA LEI MARIA DA PENHA**

A violência contra a mulher continua sendo um grave problema social no Brasil e no mundo, apesar da luta feminista em torno da questão. Nunca se falou tanto nem se pesquisou tanto sobre o tema como nos últimos anos. Todavia, os avanços são poucos, embora, desde 1990, a Organização Mundial de Saúde (OMS) já reconheça a violência contra a mulher como um problema de saúde pública que exige dos governantes políticas públicas mais eficientes no combate e prevenção do fenômeno.

O conceito “violência contra a mulher” é frequentemente utilizado como sinônimo de violência doméstica e violência de gênero. Mas apesar da sobreposição existente entre esses conceitos, há especificidades no uso dos mesmos como categorias analíticas.

Este processo de mudanças legislativas tem seus avanços registrados particularmente a partir da década de 1990 no contexto de duas importantes convenções internacionais de direitos das mulheres: a Conferência para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres – CEDAW (1979) e a

Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará (1994). Além das Conferências Internacionais de Direitos Humanos (Viena, 1993), População (Cairo, 1994), Mulheres (Beijing, 1995) que colocaram em relevo os direitos das mulheres como direitos humanos e as estratégias para seu reconhecimento e promoção<sup>3</sup>.

No Brasil, o termo começou a ser usado no final dos anos 70 e difundiu-se rapidamente em função das mobilizações feministas contra o assassinato de mulheres e impunidade dos agressores, frequentemente os próprios maridos, comumente absolvidos em nome da “defesa da honra” (GROSSI, 1998). No início dos anos 80 tais mobilizações se estenderam para a denúncia dos espancamentos e maus tratos conjugais, formas também muito comuns de violência contra a mulher. Com isso o termo passou a ser usado como sinônimo de violência doméstica em função da maior incidência deste tipo de violência ocorrer no espaço doméstico e/ou familiar (OLIVEIRA, 2010).

Resultaram dessa luta a criação dos SOS Mulher e demais Serviços de Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência, em geral vinculados a organizações não governamentais criadas por militantes feministas envolvidas na luta por políticas públicas voltadas para a mulher. Desses processos surgiram também o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, os Conselhos Estaduais e Municipais da Condição Feminina e as Delegacias de Defesa da Mulher, conquistas importantes no combate à violência contra a mulher (ARAÚJO, 2008).

A partir de 1990, com o desenvolvimento dos estudos de gênero, alguns autores passaram a utilizar “violência de gênero” como um conceito mais amplo, deixando de restringir esse conceito apenas para as mulheres. Nesse entendimento, o conceito (violência de gênero) abrange não apenas as mulheres, mas também crianças e adolescentes, objeto da violência masculina, que no Brasil é constitutiva das relações de gênero. É também muito usado como sinônimo de violência conjugal, por englobar diferentes formas de violência envolvendo relações de gênero e poder, como a violência perpetrada pelo homem contra a mulher, a violência praticada pela mulher contra o homem, a violência entre mulheres e a violência entre homens (OLIVEIRA, 2010).

Nesse sentido, baseado nos discursos da Psicologia Social, pode-se dizer que a violência contra a mulher é uma das principais formas de violência de gênero, É importante compreender o aspecto social que a psicologia social crítica detém para se fazer uma agente transformadora das realidades opressoras.

Esse aspecto é muito relevante para entendermos os estudos de gênero e feminismo no Brasil e a psicologia social. Embora o campo das ciências sociais e humanas, de forma geral, tenha importado de maneira mais ou menos crítica grande parte das teorias e pensamentos da Europa e Estados Unidos, os problemas de uma sociedade como a brasileira, com um histórico colonial fortemente marcado pelas articulações entre patriarcalismo, racismo e autoritarismo, geradores de

---

3. Idem.

A violência de gênero produz-se e reproduz-se nas relações de poder onde se entrelaçam as categorias de gênero, classe e raça/etnia. Expressa uma forma particular de violência global mediatizada pela ordem patriarcal, que delega aos homens o direito de dominar e controlar suas mulheres, podendo para isso usar a violência. Dentro dessa óptica, a ordem patriarcal é vista como um fator preponderante na produção da violência de gênero, uma vez que está na base das representações de gênero que legitimam a desigualdade e dominação masculina internalizadas por homens e mulheres (ARAÚJO, 2008).

Nesse contexto, vale ressaltar a notoriedade que recebeu o caso da cearense Maria da Penha Maia Fernandes, uma farmacêutica que após sofrer fortemente a violência doméstica perpetrada pelo seu parceiro no âmbito familiar, inclusive tentativas de homicídio, busca nos meios legais uma forma de se proteger denunciando seu agressor e depara-se com a incredulidade da justiça que tem como base o patriarcalismo e torna essa legitimação de poder do homem sobre a mulher tornando natural a violência contra as mesmas. E que mesmo com toda a publicidade em torno do caso e a luta pela justiça foram inúmeras tentativas em vão, tendo recorrido a Organização das Nações Unidas (ONU) que só assim sob pano de fundo a punição ao Brasil, a luta deu origem à Lei Maria da Penha (ROMAGNOL, 2015).

Este processo de mudanças legislativas tem seus avanços registrados particularmente a partir da década de 1990 no contexto de duas importantes convenções internacionais de direitos das mulheres: a Conferência para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres – CEDAW (1979) e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará (1994). Além das Conferências Internacionais de Direitos Humanos (Viena, 1993), População (Cairo, 1994), Mulheres (Beijing, 1995) que colocaram em relevo os direitos das mulheres como direitos humanos e as estratégias para seu reconhecimento e promoção (PASINATO, 2015).

A Lei Maria da Penha (Lei N<sup>o</sup>. 11.340/2006) referendou a proposição de uma política integrada e articulada para o enfrentamento da violência contra as mulheres pelo Estado Brasileiro. A aprovação de leis especiais para o enfrentamento da violência baseada no gênero tem sido uma estratégia adotada pelos movimentos de mulheres em vários países para criar garantias formais de acesso à justiça e a direitos para mulheres em situação de violência<sup>4</sup>.

A Lei Maria da Penha é, pois, um dispositivo institucional de combate à violência contra a mulher. No bojo da sua discussão, observam-se mudanças significativas em relação às leis vigentes que tratavam do assunto. Essa Lei autorizou a criação de juizados especiais, a prisão dos agressores em flagrante, a violência como uma violação aos direitos humanos, ou seja, constrói-se um novo quadro de enfrentamento

---

4. Idem.

mais severo desse tipo de violência, com a utilização das medidas protetivas de urgências, previstas especificamente nos artigos 18 ao 24-A que preveem tanto a prevenção do ato violador quanto também do acautelamento da ação assim como também de punição ao seu descumprimento, conforme o legislador registrou mais recentemente através da Lei nº. 13.641 de 03 de abril de 2018 que alterou a Lei nº. 11.340/2006 para tipificar o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência.

Configura-se como violência doméstica e familiar contra a mulher conforme exposto no artigo 5º desta Lei, “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. Para se configurar esse tipo de violência, ou seja, a violência baseada no gênero, no ordinário jurídico foi necessário um percurso bastante considerável de conferências, convenções, debates, denúncias e produção de documentos oficiais que constituem alguns dos mais relevantes instrumentos voltados à proteção dos direitos humanos da mulher na ordem jurídica<sup>5</sup> envolvendo as esferas nacionais e até internacionais para se chegar a esse reconhecimento.

A Lei ao abarcar no art. 5, o âmbito doméstico e familiar, aponta tal contexto das relações privadas como um dos espaços permeados pelo convívio e um espaço passível de alta violação que tem na subordinação da mulher um componente histórico que valida o poderio masculino (ROSALDO, 1995). Reconhece o espaço doméstico como sendo um espaço privado, antes “descoberto” de regulação ou intervenção por parte do Estado coadunando com uma naturalização e objetificação do papel da mulher, da relação de poder do homem sobre a mulher, reafirmando a construção social de mulher objetificado, enquanto propriedade do homem (SOUZA, 2000).

É este contexto que engloba-se o espaço físico doméstico, familiar e da relação “íntima de afeto” como o lugar de perpetuação da prática da violência, para além dos laços sanguíneos, colocando em foco a unidade considerada “família”. A conjunção familiar é compreendida por um lado, pelos laços sanguíneos e por outro, pelos laços construídos por meio das afinidades. O ponto central é entender que a prática da violência no âmbito familiar excede o sentido do âmbito espacial ou até mesmo nos afetos estabelecidos entre duas pessoas. Nesse caso é interessante notar que no primeiro inciso a perpetração da violência tem como foco o espaço doméstico. Já no segundo, é na concepção mais ampliada de família que se estabelece a violência. Por fim, no terceiro inciso uma perspectiva que excede a questão espacial da unidade doméstica.

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer **ação ou omissão baseada no gênero** que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

5. Referência: Comitê brasileiro de direitos humanos e política externa. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comi\\_tê-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comi_tê-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/) DireitosdaMulher. Acesso em: mai. de 2018.

I - no âmbito da **unidade doméstica**, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no **âmbito da família**, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em **qualquer relação íntima de afeto**, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Por todo o percurso histórico e epistemológico que transita a Lei Maria da Penha, o seu art. 6º. qualifica “a violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos”. Dito isso, como reflete SOUZA (2015), foi necessário razões extremas para que se pudesse chegar a uma ação efetiva e de reconhecimento de atitudes e comportamento sejam reconhecidos como violência.

## 5 | METODOLOGIA

O objetivo do presente estudo é fazer uma análise acerca da produção acadêmica em torno da violência de gênero pela Psicologia Social Crítica, tomando como marco histórico-social a instituição da Lei Maria da Penha. O trabalho é uma pesquisa bibliográfica quali-quantitativa que utilizou a revisão de literatura e a bibliometria como principais ferramentas metodológicas, delimitando a coleta de dados representada pelos artigos científicos indexados na base de dados *Google Acadêmico* entre os períodos 2000 a 2017, com recorte em três distintos estratos, fazendo uma associação entre os descritores gênero, violência de gênero, psicologia e psicologia social. Foi também feito um estudo exploratório em relação a produção científica da referida base de dados mesclando outras áreas profissionais como Direito e Serviço Social, citadas no bojo da Lei Maria da Penha, com o descritor “violência de gênero”.

Para tanto, foram demarcados filtros em relação a três estratos (2000 a 2005, 2006 a 2011, 2012 a 2017), tendo como parâmetro comparativo a pré e pós institucionalização da n.º. 11.340 no ano de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, no ordenamento jurídico brasileiro. Buscou-se as produções apenas em língua portuguesa; não foram desmarcados filtros como “citações e patentes” e estão incluídos periódicos de outras bases de dados, dissertações, teses e livros como fundo de discussão e análise teórica sobre o tema.

Com o objetivo de melhor definição do foco deste estudo, procedeu-se à formulação de questões mais específicas que orientaram a seleção do material

e o percurso metodológico de coleta, inicialmente, buscando compreender conceitualmente “gênero” a partir da perspectiva da Psicologia Social Crítica a partir da premissa de tal como um fenômeno psicológico enquanto produto social e histórico e culminando com a formulação do problema de pesquisa: “Com a instituição da Lei Maria da Penha no ano de 2006 é possível demarcar um aumento na produção acadêmica no âmbito da psicologia social (crítica) em relação a violência de gênero?”

## 5.1 Método e procedimentos

A pesquisa iniciou no mês de março do ano de 2018 com o processo de pesquisa exploratória nas fontes especificamente acadêmicas gratuitas como *SciELO*, *PePSIC* (desenvolvida pela Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia/ BVS-Psi), *PsycINFO*<sup>6</sup> e *Google Acadêmico*, tendo-se optado metodologicamente por esta última pela finalidade mais geral e exploratória do estudo. Prosseguindo-se com o recorte de textos acadêmicos do período compreendido entre 2001 e 2018, a exceção do texto de D’Amorim (1997).

Para melhor definição, foram utilizados os descritores: *gênero*, *violência e psicologia social* por se tratar de uma revisão bibliográfica e uso da bibliometria, enquanto método analítico para quantificação dos dados. Foi então feita uma análise a partir dos três estratos distintos citados, fazendo uma associação de aproximação e distanciamento com os descritores gênero, violência de gênero, psicologia e psicologia social. Foi também feito um estudo exploratório em relação a produção científica da referida base de dados mesclando outras áreas profissionais como Direito e Serviço Social, citadas no bojo da Lei Maria da Penha, com o descritor “violência de gênero”.

## 5.2 Discussão dos resultados

O nascedouro do tema da pesquisa se deu em razão de que a publicização tanto de dados em relação aos crimes de violência contra a mulher, especialmente pautada no art. 5º da Lei nº. 11.340/06 como “violência de gênero” bem como a aplicação da Lei Maria da Penha tem aparecido de forma cada vez mais veemente na mídia, nas redes sociais e incluídas em estatísticas de órgãos oficiais publicizados.

A exemplo, aponta-se, aqui, os dados estatísticos do Mapa da Violência Contra a Mulher disponíveis no sítio da Agência Patrícia Galvão (órgão não governamental)<sup>7</sup> que apontou, a exemplo, apenas no ano de 2017 mais de 3.000 casos apresentados ao judiciário que, somado aos existentes abarca um somatório de 1.273.398 (hum milhão duzentos e setenta e três mil e trezentos e noventa e oito) processos que tramitavam naquele ano na justiça brasileira, especificamente de “violência doméstica” (CNJ, 2018). O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a partir do ano de

6. Acessos gratuitos disponíveis em: <http://www.ip.usp.br/site/biblioteca/bases-de-dados/>.

7. Fundado no ano de 2001, o Instituto Patrícia Galvão é uma organização feminista de referência nos campos dos direitos das mulheres e da comunicação (<https://agenciapatriciagalvao.org.br/>).

2016 passou a acompanhar casos de violência doméstica e feminicídio, os quais, segundo dados apresentados pelo órgão, elevaram em 34% deste ano em relação ao ano de 2018, passando de 3.339 casos para 4.461<sup>8</sup>.

Daí o problema exposto na pesquisa que questiona se essa realidade despertou a produção científica prática, cotidiana, legal e institucional teria “despertado” interesse da Academia e da produção brasileira, sobretudo, no âmbito de ocupação da Psicologia Social.

Quando buscou-se no *Google Acadêmico* os descritores “gênero” e “psicologia” (referência: dia 03 de maio de 2018) sem delimitação de período, os resultados apresentados corresponderam às produções das várias áreas do conhecimento, obteve-se 164.000 (cento e sessenta e quatro mil) produções.

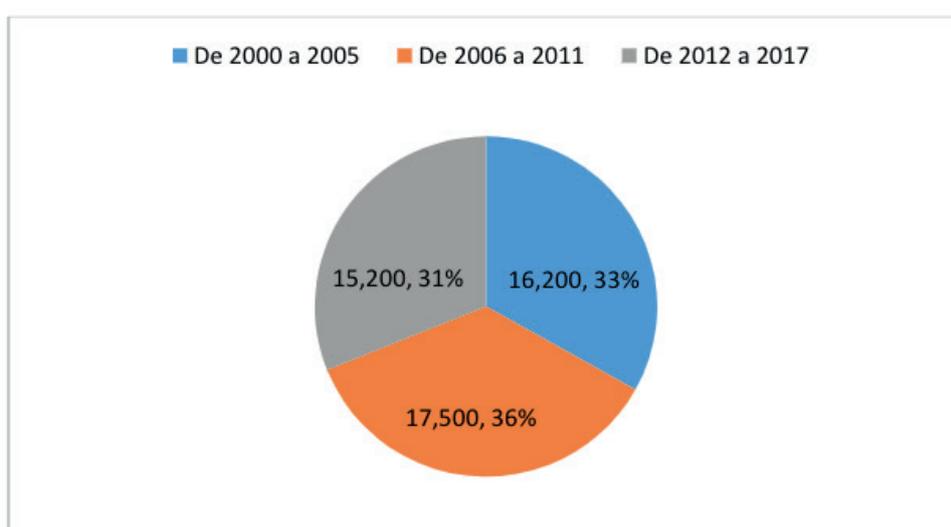


GRÁFICO 1 – GÊNERO E PSICOLOGIA

FONTE: Elaborado pelas (o) autoras (r)

Quando utilizado os descritores: “gênero” e “psicologia” nos três distintos estratos (2000 a 2005, 2006 a 2011, 2012 a 2017) é possível observar que no período de 2000 a 2005 e 2006 a 2011, estes quantitativos evoluem em percentuais de 3%, sendo este vislumbrado no período de interstício de institucionalização da Lei Maria da Penha (o ano de 2006). Contudo, no período seguinte (de 2012 a 2017), em que segundo os dados oficiais apresentados pelo CNJ, como outrora citados, dando conta de um aumento de 34% de ações de tal natureza entre os anos de 2016-2018, o período de 2012 a 2017 em relação a associação dos descritores “gênero” e “psicologia” teria tido um decréscimo de 5% em relação ao período anterior (2006 a 2011). O que, inicialmente, refutaria a hipótese de pesquisa que implica o problema deste trabalho quanto à institucionalização da Lei e aumento da produção acadêmica pela Psicologia, de forma genérica. O que, a priori, incita pesquisas de

8. Fonte: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/88539-crece-numero-de-processos-de-feminicidio-e-de-violencia-domestica-em-2018>. Acesso em: mai. 2019.

maior profundidade a fim de refletir sobre a conjuntura e o levantamento de variáveis implicadas em tal declínio.

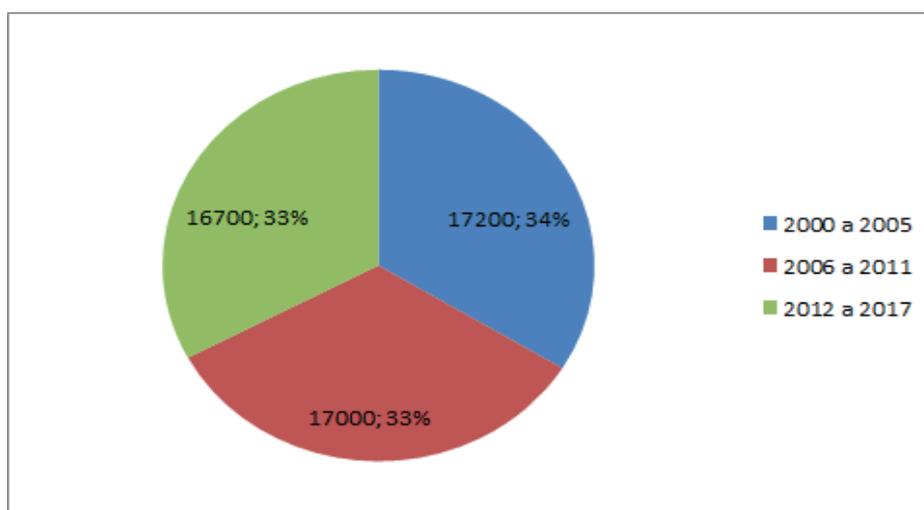


GRÁFICO 2 – GÊNERO E PSICOLOGIA SOCIAL

FONTE: Elaborado pelas (o) autoras (r)

Quando associado os descritores “gênero” e “psicologia social” observou-se que as produções gerais da psicologia superaram as de psicologia social e nos três distintos períodos não infere-se crescimentos da parte da psicologia social, mas declínio do período 1 (2000 a 2005) em relação ao 2 (2006 a 2011) de 1% e manutenção deste em relação ao período subsequente (2012 a 2017), com 33%. Assim, é importante validar a necessidade de se discutir como esse tema precisa ser mais problematizado pela psicologia social crítica, tendo em vista o comprometimento epistemológico de tal especialidade e referencial teórico.

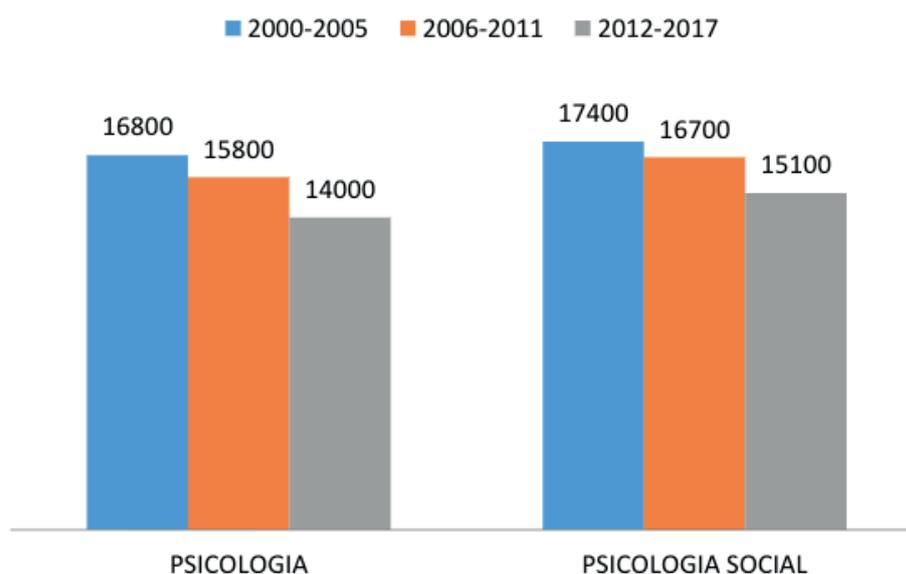


GRÁFICO 3 – VIOLÊNCIA DE GÊNERO X PSICOLOGIA (geral) ou PSICOLOGIA SOCIAL

FONTE: Elaborado pelas (o) autoras (r)

Fazendo um comparativo dos descritores “violência de gênero” e “psicologia (geral)” e “violência de gênero” e “psicologia social” nos três distintos estratos com o propósito de verificar a dissonância da produção entre o descritor principal *violência de gênero*, infere-se que este embora tenha diminuído tanto na psicologia geral quanto na psicologia social, em dados brutos ainda é um tema que repercutiu em maior produção quantitativa na “psicologia social” em relação ao contexto da “psicologia geral”. Não podendo, por sua vez, pelo método aplicado, inferir-se sobre os conteúdos e pertinência ou não em tratar-se-á de discussões teóricas que são abarcadas nos textos com descritor geral em relação à Psicologia ou, se os textos que retornam com o descritor “psicologia social”, faticamente sustentam-se em conteúdos fundamentados em teorias da Psicologia Social.

Após a inferência obtida acerca da diminuição das produções nos distintos estratos acerca do tema, buscou-se fazer um comparativo com outras áreas de saberes afins, que são apontadas na Lei Maria da Penha, a saber Direito e Serviço Social. Foi encontrado na base de dados de acesso aberto “*Google Acadêmico*” que em relação ao tema violência de gênero, observou-se maiores resultados de pesquisa no âmbito das áreas do Direito com uma variação crescente estável e oscilações do Serviço Social em comparação com um decréscimo da Psicologia abordada em sua amplitude generalista, independente do enfoque teórico adotado.

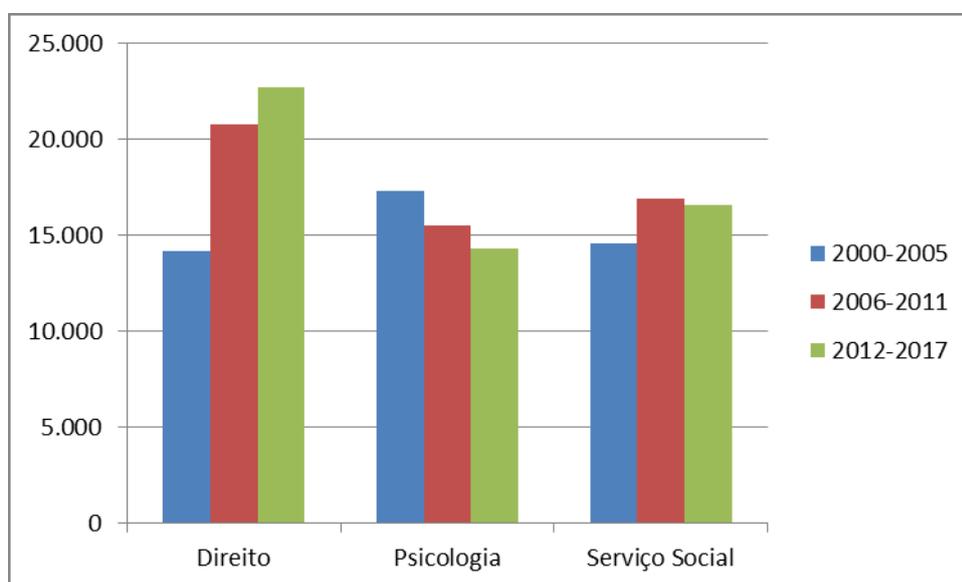


GRÁFICO 4 – A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: DIREITO, SERVIÇO SOCIAL E PSICOLOGIA

FONTE: Elaborado pelas (o) autoras (r)

Na área do Direito, resultou em dados com maior produção nos distintos períodos, enquanto que apontado o descritor “gênero” e “serviço social”, observou-se maior retorno entre o período 1 (2000 a 2005) e 2 (2006 a 2011) com oscilação de declínio dos resultados no período 3 (2012 a 2017). O que merece especial atenção

para a área da Psicologia, sobretudo na avaliação da Psicologia Social Crítica que entende o fenômeno psicológico como produtor e produto da história, da cultura e da sociedade, já que os dados que envolvem descritores tanto de gênero quanto de violência de gênero, mesmo na Psicologia (no âmbito geral), mesmo após a institucionalização da Lei Maria da Penha (11.340/06) resultou em decréscimo de retornos quanto à produção disponível na base de dados do Google Acadêmico, levantando-se importantes questionamentos em torno de uma potencial lacuna na produção científica da ciência psicológica.

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o estudo realizado foi possível perceber que os estudos de gênero já sofreram grandes alterações a partir de uma compreensão epistemológica e conceitual acerca da temática. O que outrora era tido como mero determinismo biológico, na conjuntura contemporânea, carrega a subjetividade construída pelo efeito da linguagem, a partir de discursos do indivíduo perante a sociedade, baseado em cultura, política e interesses individuais.

O movimento feminista teve importância crucial para o desenvolvimento desse tema, pois através das teorias como da práxis que reverberou a partir de tal contexto, os padrões sexistas da sociedade ocidental patriarcal começam a ser percebidos conflitantes e coexistindo com novos paradigmas, estes que foram paradoxalmente se amoldando aos novos tempos e rompendo com outras estruturas normativas vigentes, sobretudo entre os séculos XIX e XXI, que são cenários para as três Ondas de expressão do feminismo, como o trabalho de modo sumário trouxe a baila.

Os estudos relacionados ao movimento feminista passam a ser expressos pela quebra da ideologia da família nuclear que, embora, ainda perdura no tempo e no espaço, enseja de outro norte a discussões novas e as, ainda presentes, inclusive, despontando-se para uma “quarta Onda” do feminismo que objetiva a ampliação do debate no que se refere a efetivação plena dessas acepções de direitos regulamentados, pela busca de igualdade entre os gêneros que acolhem desde os direitos civis que permitam às mulheres o direito de ir e vir, aos direitos políticos de votar e ser votada, aos direitos sociais de igualdade salarial no desempenho das mesmas funções de trabalho, respeitando-se e reconhecendo que homens e mulheres devam ser tratadas e tratados de forma igualitária no contexto social, político e econômico, respeitando suas subjetividades e individualidades.

Por outro viés, observou-se pelos dados colhidos e após quantificados, inferir-se que a abordagem ao tema pela literatura psicológica, de forma interna e em relação a outras áreas humanas e sociais, ser marginalizado nos currículos acadêmicos, dados os decréscimos em relação a produção observada sobre gênero e psicologia ao longo do período de 2000 a 2017 que ao invés de aumentar, observou-

se oscilações com decréscimos de produção. Evidenciando a necessidade de se pensar tais currículos das Graduações em Psicologia bem como evidenciar que a partir do estudo presente pode-se refletir sobre a necessidade de aprofundar o tema, analisar como o conteúdo vem sendo efetivamente tratado pela Psicologia Social, sobretudo, a Psicologia Social Crítica, denotando a relevância de tais estudos vez que a Psicologia ao longo das últimas décadas e pelo escopo contido na Resolução 10/05 que versa sobre o Código de Ética que regula o trabalho do profissional de psicologia vincular o compromisso social no enfrentamento das desigualdades sociais, evidenciando uma necessidade de se pensar as subjetividades a partir de processos socialmente construídos bem como apontando no inc. I dos princípios fundamentais que o psicólogo baseará seu trabalho “no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos”.

Dito isto, este trabalho apresentou-se relevante, inicialmente, tendo em vista os incipientes doze anos de regulamentação da Lei Maria da Penha e vigência da legislação que criminaliza de forma específica a violência de gênero no âmbito doméstico/familiar e nas relações de afeto. No que se refere ao escopo acadêmico, sobremaneira, na área da Psicologia Social, apresenta-se importante na medida em que faz-se necessária a compreensão sobre as relações de gênero entendendo-as como construções sociais dos papéis masculino e feminino no meio social (STREY, 2001).

Assim sendo, é salutar se desvelar discursos simplistas, bem como seus efeitos na construção de saberes que vão produzir e legitimar determinadas formas de se pensar e de se fazer psicologia (s), reflexão à qual se propõe o presente trabalho. Além disso, contribuir para ampliar tais questões a partir da vertente teórica da Psicologia Social Crítica.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria de F.. **Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação**. In: Psicologia para América Latina. n.14 México out. 2008. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1870-350X2008000300012](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000300012). Acesso em: abr. de 2018.

**BRASIL**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: abr. de 2018.

**BRASIL**. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11340.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.html). Acesso em: mai. de 2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Uma mulher entre 100 vai à Justiça contra violência doméstica. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/86320-uma-mulher-entre-100-esta-na-justica-contra-violencia-domestica>. Acesso em: mai. de 2018.

D'AMORIM, Maria A. **Estereótipos de gênero e atitudes acerca da sexualidade em estudos sobre jovens brasileiros**. In: Temas psicol. vol.5 no.3 Ribeirão Preto dez. 1997. Disponível em: <http://>

pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1413-389X1997000300010. Acesso em: mai. de 2018.

GUEDES, Maria E. F. **Gênero, o que é isso?** In: Psicol. cienc. prof. vol.15 no.1-3 Brasília1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S1414-98931995000100002>. Acesso em: abr. de 2018.

GROSSI, M. P. **A revista estudos feministas faz 10 anos uma breve história do feminismo no brasil.** Revista Estudos Feministas. Disponível em: [file:///C:/http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2004000300023](file:///C:/http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000300023). Acesso em: mai. de 2018.

MARIANO, S.A. **O Sujeito do feminismo e o pós estruturalismo.** Revista Estudos Feministas. vol.13 no.3 Florianópolis Sept./Dec. 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2005000300002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000300002). Acesso em: mai. de 2018.

NARVAZ, M.G.; Koller, S.H. **Famílias e Patriarcado: da Prescrição Normativa à Subversão Criativa.** Rio Grande do Sul/RS, 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822006000100007&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822006000100007&script=sci_abstract&lng=pt). Acesso em: maio de 2018.

NARVAZ, M. G.; Koller, S. H. **Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política.** Maringá/PR, 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722006000300021&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722006000300021&script=sci_abstract&lng=pt). Acesso em: mai. de 2018.

NARVAZ, M. G.; Koller, S. H. **A marginalização dos estudos feministas e de gênero na psicologia acadêmica contemporânea.** Rio Grande do Sul/RS, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000154&pid=S1414-9893201100020000900019&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000154&pid=S1414-9893201100020000900019&lng=pt). Acesso em: mai. de 2018.

NOGUEIRA, Conceição. **Feminismo e Discurso de gênero na psicologia social.** In: Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social. In: Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000111&pid=S1413-7372200500030000400012&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000111&pid=S1413-7372200500030000400012&lng=pt). Acesso em: mai. de 2018.

NOGUEIRA, Conceição. **Contribuições do construcionismo social a uma nova psicologia do gênero.** In: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho Portugal. Cadernos de Pesquisa, nº 112, p. 137-153, março/ 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000111&pid=S1413-7372200500030000400012&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000111&pid=S1413-7372200500030000400012&lng=pt). Acesso em: mai. de 2018.

OLIVEIRA, K. L. D, et al. **Elaborando uma cartilha sobre as ambiguidades da violência conjugal.** 2010, vol.30, n.2, pp.428-439. Manaus/AM. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932010000200016](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000200016). Acesso em: mai. de 2018.

PASINATO, Wânia. **Acesso à justiça e violência doméstica e familiar contra as mulheres: as percepções dos operadores jurídicos e os limites para a aplicação da Lei Maria da Penha.** In: Revista Direito FGV, SÃO PAULO, PP. 407-428 | JUL-DEZ 2015.

ROMAGNOL, Roberta Carvalho. **Várias Marias: efeitos da Lei Maria da Penha nas delegacias.** In: Rev. Psicol. vol.27 no.2 Rio de Janeiro May Aug. 2015. Disponível [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-02922015000200114&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922015000200114&lang=pt). Acesso em: mai. de 2018.

ROSALDO, M. **O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural.** In: Revista Horizontes Antropológicos, v. 1, n. 1, Porto Alegre, 1995. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000242&pid=S1679-3951201100010000500050&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000242&pid=S1679-3951201100010000500050&lng=pt). Acesso em: mai. de 2018.

SANTOS, L. C. et al. **Gênero, feminismo e psicologia social no brasil: análise da revista psicologia & sociedade (1996-2010).** In: **Psicol. Soc.** vol.28 no.3 Belo Horizonte Sept./Dec. 2016. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822016000300589&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822016000300589&lang=pt).

Acesso em: mai. de 2018.

SOUZA, E; Baldwin de, J. R. **A construção social dos papéis sexuais femininos.** *Rio Grande do Sul/RS*,2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722000000300016&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722000000300016&script=sci_abstract&lng=pt). Acesso em: mai. de 2018.

SOUZA, T. M. C., & SOUSA, Y. L. R. **Políticas públicas e violência contra a mulher: a realidade do sudoeste goiano.** Jataí-GO,2015. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-29702015000200006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702015000200006). Acesso em: mar. de 2018.

STREY, M. N. **Gênero.** In: M. G.C. JACQUES, N.M.G BERNARDES, P. A. GUARESHI, S. A. CARLOS & T. M. G. (orgs), *Psicologia social contemporânea: livro-texto*. 21<sup>a</sup>.ed. (8<sup>a</sup> reimpressão 2017). Petrópolis: Vozes, 2013.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**BENEDITO RODRIGUES DA SILVA NETO-** Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2005), com especialização na modalidade médica em Análises Clínicas e Microbiologia (Universidade Candido Mendes - RJ). Em 2006 se especializou em Educação no Instituto Araguaia de Pós graduação Pesquisa e Extensão. Obteve seu Mestrado em Biologia Celular e Molecular pelo Instituto de Ciências Biológicas (2009) e o Doutorado em Medicina Tropical e Saúde Pública pelo Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública (2013) da Universidade Federal de Goiás. Pós-Doutorado em Genética Molecular com concentração em Proteômica e Bioinformática (2014). O segundo Pós doutoramento foi realizado pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Aplicadas a Produtos para a Saúde da Universidade Estadual de Goiás (2015), trabalhando com o projeto Análise Global da Genômica Funcional do Fungo *Trichoderma Harzianum* e período de aperfeiçoamento no Institute of Transfusion Medicine at the Hospital Universitätsklinikum Essen, Germany. Seu terceiro Pós-Doutorado foi concluído em 2018 na linha de bioinformática aplicada à descoberta de novos agentes antifúngicos para fungos patogênicos de interesse médico. Palestrante internacional com experiência nas áreas de Genética e Biologia Molecular aplicada à Microbiologia, atuando principalmente com os seguintes temas: Micologia Médica, Biotecnologia, Bioinformática Estrutural e Funcional, Proteômica, Bioquímica, interação Patógeno-Hospedeiro. Sócio fundador da Sociedade Brasileira de Ciências aplicadas à Saúde (SBCSaúde) onde exerce o cargo de Diretor Executivo, e idealizador do projeto “Congresso Nacional Multidisciplinar da Saúde” (CoNMSaúde) realizado anualmente, desde 2016, no centro-oeste do país. Atua como Pesquisador consultor da Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de Goiás - FAPEG. Atuou como Professor Doutor de Tutoria e Habilidades Profissionais da Faculdade de Medicina Alfredo Nasser (FAMED-UNIFAN); Microbiologia, Biotecnologia, Fisiologia Humana, Biologia Celular, Biologia Molecular, Micologia e Bacteriologia nos cursos de Biomedicina, Fisioterapia e Enfermagem na Sociedade Goiana de Educação e Cultura (Faculdade Padrão). Professor substituto de Microbiologia/Micologia junto ao Departamento de Microbiologia, Parasitologia, Imunologia e Patologia do Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública (IPTSP) da Universidade Federal de Goiás. Coordenador do curso de Especialização em Medicina Genômica e Coordenador do curso de Biotecnologia e Inovações em Saúde no Instituto Nacional de Cursos. Atualmente o autor tem se dedicado à medicina tropical desenvolvendo estudos na área da micologia médica com publicações relevantes em periódicos nacionais e internacionais. Contato: dr.neto@ufg.br ou neto@doctor.com

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Abrigo de idosos 27

Ação Política 116

Ácido fólico 43

Adiposidade Abdominal 291

Adoecimento 311, 324, 330

Agente penitenciário 185

Alimentação escolar 217

Assessoria 217, 264

Atenção Básica 141, 149, 244, 246, 252, 253

Avaliação 42, 62, 71, 72, 73, 83, 91, 115, 158, 184, 202, 203, 208, 269, 270, 276, 282, 293, 322, 330, 332, 379

### B

Bem-estar 27

### C

Cálcio 68, 267, 276

Câncer de mama 160, 170

Capacitação em serviço 217

Comissão de Licitação 324

Comprimidos 56, 58, 62

Crack 7, 17

Creatina quinase 273

Cultura Corporal 139, 148, 150

### D

Dano muscular 267

Dependência Química 7, 26

Desenvolvimento de produtos 105

Disbiose Intestinal 128, 131, 137

Doenças ocupacionais 301

### E

Educação Física 40, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 246, 277, 324

Embriogênese 43

Enfermagem 3, 4, 6, 82, 95, 114, 159, 160, 169, 172, 223, 224, 225, 233, 234, 235, 265, 301, 311, 312, 322, 335, 357, 360, 361, 362, 366, 381

Envelhecimento 27, 41, 209  
Equipe multiprofissional 92  
Esgotamento Profissional 313, 315, 316, 317, 318, 321, 332  
Espaço Público 116  
Estratégia Saúde da Família 311, 357  
Estresse 10, 238, 254, 259, 265, 311, 335  
Estresse oxidativo 238  
Exercício 267

## **F**

Feminino 32, 68, 234, 317, 332, 369  
Fibromialgia 151, 152, 158  
Fisioterapia 1, 3, 4, 381  
Força da mão 197

## **G**

Genéricos 56  
Gestão 71, 72, 172, 178, 179, 183, 195, 223, 253, 265, 324, 335  
Grupos 92, 102, 331, 332

## **H**

Hospital 1, 3, 4, 16, 29, 92, 159, 160, 213, 381  
Humanização 92, 93, 101, 265

## **I**

Identidade de Gênero 224  
Idoso 95  
Internação Compulsória 7

## **L**

Lactato desidrogenase 273  
Lei nº. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) 337  
Licença médica 313

## **M**

Macronutrientes 64  
Magnésio 267, 280, 285, 289  
Masculino 32, 68, 224, 317, 332  
Microbiota 128, 130, 136

Micronutrientes 64, 68

Motivação 233, 254

## O

Obesidade 73, 280, 291

Obesidade abdominal 280

## P

Passiflora edulis f. Flavicarpa 105

Perda auditiva 212

Pizza 105

Planejamento de cardápio 64

Prazer 321, 324, 328, 330, 331

Preceptoria 1, 2

Presbiacusia 237

Probióticos 128, 133, 135, 136, 137, 138

Programa Academia da Saúde 244, 247, 248, 252, 253

Programa Saúde na Escola 139, 140, 141, 144, 145, 148, 150

Promoção da Saúde 98, 140, 145, 244, 246, 252, 253

Psicologia da Saúde 102, 116

Psicologia Social Crítica 337, 339, 340, 341, 342, 349, 353, 354

## Q

Qualidade de vida 30, 40, 41, 51, 158, 160, 170, 254, 255, 263, 264, 265

## R

Residência Multiprofissional em Saúde 1, 2, 3, 4, 6, 94

Resíduos Sólidos Urbanos 172, 175, 179

## S

Saúde 2, 5, 1, 2, 3, 4, 6, 7, 12, 13, 14, 15, 16, 27, 29, 40, 41, 43, 45, 51, 53, 55, 66, 71, 76, 82, 83, 93, 94, 98, 101, 102, 114, 116, 117, 119, 126, 127, 129, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 148, 149, 150, 154, 155, 158, 159, 160, 162, 170, 172, 184, 195, 209, 210, 211, 222, 226, 227, 236, 244, 245, 246, 247, 248, 250, 252, 253, 255, 257, 265, 269, 270, 274, 276, 282, 293, 301, 303, 311, 312, 313, 314, 321, 322, 323, 335, 344, 349, 357, 358, 359, 361, 362, 363, 367, 368, 369, 371, 378, 379, 380, 381

Saúde da Mulher 160

Saúde do trabalhador 301, 313

Saúde mental 301, 335

Síndrome 47, 151, 194, 313, 315, 316, 317, 318, 320, 321, 322, 323

Sufrimento 195, 324, 328, 330, 331

SUS 5, 2, 3, 4, 6, 13, 14, 17, 92, 93, 94, 98, 101, 145, 162, 170, 245, 246, 247

## T

Tecnologia Aplicada à Farmácia 56

Trabalhador 72, 254, 260, 311

Transtorno do espectro autista 43

Transtornos Mentais 44, 187, 194, 260, 369, 370

## V

Violência de Gênero 337

Violência Doméstica 357

## Z

Zinco 291, 297

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-599-0



9 788572 475990